FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE
FUNBIO

Relatório Anual **2012**

Foto: Du Zuppani

Sumário

Perspectivas

O Funbio

Gestão Institucional

Carta do Presidente

Governança

Gestão de Programas e Projetos

Adoção de Parques

AFCoF II - *Atlantic Forest Conservation Fund*

Arpa - Áreas Protegidas da Amazônia - Fase II

Carteira Fauna Brasil

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem Estar Humano

FMA - Fundo Mata Atlântica do Rio de Janeiro

Fundo Kayapó

Iniciativa Cerrado Sustentável

Probio II - Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade

Programa GEF Mar

Programa GEF Polinizadores

Projeto Terra do Meio

TFCA - *Tropical Forest Conservation Act*

Desenho, Implementação e Gestão de Mecanismos Financeiros

Bioclima Paraná

Compromisso pela Amazônia - Arpa para a Vida

Economia Verde na Região Amazônica

Estudo de viabilidade para um esquema de *Cap & trade* na Baía de Guanabara

Natura Programa Amazônia

Parcerias Público-Privadas em Unidades de Conservação

Plano de Ação Socioambiental - Klabin

Preparando o Brasil para o REDD+

Programa Juruti Sustentável - Funjus e Conjus

Projeto Riscos REDD+

Mudanças Climáticas e Energia Limpa

AFCP - *Amazon Forest Carbon Partnership - Rainforest Standard*

Análise dos Incentivos e Financiamento para o Controle do Desmatamento no Brasil

Estudo de viabilidade de REDD+ no Acre

FIP - *Programa de Investimentos em Florestas dos Fundos de Investimentos em Clima*

Fundo Paiter Surui

Gestão de Redes

CFA - *Conservation Finance Alliance*

Diálogos Sustentáveis

Ecofunds

Projeto RedLAC de Capacitação para Fundos Ambientais

Gestão Financeira e Auditoria

Equipe do Funbio em 2012

Perspectivas

O ano de 2013 traz grandes oportunidades para o Funbio. Hoje, possuímos a maturidade e a experiência para oferecer soluções ao setor privado em várias frentes. Nos três últimos anos, aperfeiçoamos o mecanismo financeiro que opera recursos da compensação ambiental, o que fortaleceu nossa habilidade para passar a executar outras obrigações legais, tais como Termos de Ajuste de Conduta (TAC), Reposições Florestais e Compensações de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Com o aprendizado que tivemos em projetos anteriores, podemos oferecer também análises e soluções socioambientais para a operação das empresas em suas áreas de influência, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais e o envolvimento das comunidades na cadeia produtiva.

Estas novas parcerias permitirão maiores resultados de conservação e maior abrangência na atuação do Funbio, promovendo processos de transformação na relação entre meio ambiente e desenvolvimento.

O Funbio tem também reforçado sua cultura organizacional voltada para resultados, e cria novas bases de gestão com a implementação de uma área de auditora interna. O estabelecimento de políticas institucionais e a criação de salvaguardas, adotadas a partir de 2013, estabelecem princípios de trabalho que garantem uma atuação cada vez mais eficiente. São esforços de melhoria que permitem manter e consolidar a credibilidade do Funbio como uma instituição idônea, transparente e efetiva. Queremos medir nossos resultados e demonstrar que o Funbio oferece a melhor opção e o melhor retorno para os recursos destinados à conservação da biodiversidade.

Os resultados de 2012 aqui apresentados são uma parte dos programas e iniciativas em que estamos trabalhando. Em 2013 iniciaremos projetos desafiadores, ampliando a escala de apoio às áreas protegidas, avançando em projetos de produção sustentável e passando a atuar fortemente na conservação marinha. Com os projetos em andamento e as novas iniciativas, acredito que o Funbio está estrategicamente posicionado para mobilizar recursos e oferecer soluções inovadoras para os desafios ambientais do Brasil de hoje.

Rosa Lemos de Sá
Secretária Geral do Funbio

Foto: Publius Vergilius

Gestão Institucional

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, Funbio, é uma associação civil sem fins lucrativos, criada em 1995, como um mecanismo financeiro inovador para desenvolver estratégias que possam contribuir na implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) no Brasil. Atualmente, o Funbio trabalha no desenho e gestão de mecanismos financeiros; na seleção e gerenciamento de programas e projetos; em compras e contratações para projetos ambientais; na agenda de mudanças climáticas integrada à de conservação; e na articulação de atores e projetos em redes internacionais.

O Funbio completou 16 anos de operação em junho de 2012, na mesma época da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, onde a instituição participou ativamente realizando quatro eventos, junto com seus parceiros: o lançamento do Fundo Kayapó, o lançamento do Rainforest Standard; o lançamento da iniciativa Arpa para a Vida; e o último evento do ciclo 2012 do programa Diálogos Sustentáveis, sobre Economia Verde.

Além da Rio+20, o Funbio esteve presente no Congresso Mundial de Conservação da IUCN - *International Union for Conservation of Nature*, em Jeju, Coreia do Sul, e na COP11 - Conferencia das Partes da CDB, em Hyderabad, Índia. Em ambos os eventos, o Funbio apresentou o fundo de compensações do Rio de Janeiro, FMA/RJ, como um caso de sucesso na mobilização de recursos do setor privado. Apoiou ainda a realização da II Assembleia CAFE - Consórcio de Fundos Africanos para o Meio Ambiente, em Entebbe, Uganda; e a XIV Assembleia da RedLAC - Rede de Fundos Ambientais da América Latina e Caribe, em Lima, Peru.

Foi um ano em que o modelo do fundo de compensações do Rio de Janeiro se consolidou e despertou o interesse de outros estados, permitindo ao Funbio assinar termos de cooperação com os governos do Paraná, Pará, Rondônia e Rio Grande do Norte para o desenvolvimento de soluções similares.

Em rota de crescimento e diversificação de seus serviços, foi importante para o Funbio a realização de um novo Planejamento Estratégico, com a participação do Conselho Deliberativo, Consultivo e da equipe executiva, para ter uma visão clara de onde chegar até 2017.

Para melhor comunicar seus projetos, editais, eventos, chamadas de compras e contratações, e prestações de contas, o Funbio lançou em 2012 seu novo site, com um projeto gráfico mais moderno e de fácil navegação.

Foto: Du Zuppani

Em **16 anos de atuação** foram:

US$ 400 milhões administrados*

197 projetos apoiados de mais de 150 organizações

211 Unidades de Conservação apoiadas representando 51% da área protegida no país**

*Este valor é a soma de todos os contratos assinados pelo Funbio desde o início da sua operação, convertidos a dólares com as taxas de 31/12/2012. Contratos assinados em dólares tiveram seus valores mantidos. ** sem considerar Áreas de Proteção Ambiental – APAs. O Funbio já apoiou 18 APAs.

Carta do Presidente

O ano de 2012 foi marcante para o Funbio. Investimos mais de 50 milhões de reais em projetos de conservação e proteção da biodiversidade e o maior volume de recursos já investido por ano desde a criação do Funbio há 16 anos. A importância desse novo recorde é devido à abrangência da nossa missão e da complexidade que é a administração diária do Funbio, o que faz dessa instituição um exemplo único no universo de instituições sem fins lucrativos devido a nossa escala.

Com uma enorme diversidade e quantidade de projetos, em seis dos sete biomas brasileiros e em breve com a primeira experiência na implantação e conservação de parques marinhos no Brasil, a nossa equipe de profissionais competentíssimos se desdobrou com uma eficiência impressionante e maximizou a aplicação desses recursos. São 32 programas e projetos gerenciados pelo Funbio, projetos muito diferentes em escopo e metodologia, aliados à diversidade de parceiros do setor privado, governamental, ONGs, nacionais e internacionais que fazem reuniões de conselho de tirar o fôlego.

Eu cheguei ao Funbio há três anos como conselheiro, por indicação da minha amiga Mercedes Lachmann, também conselheira, no final da gestão do Presidente Guilherme Leal. Depois de mais de vinte anos no setor privado fiquei impressionado com o ritmo do Funbio, apesar de vir do setor financeiro, notório por sua velocidade e eficiência. Encontrei colegas de conselho líderes em seus setores de atuação, detentores de notório saber e experiência em meio ambiente, conservação da biodiversidade e de promoção de um verdadeiro sentido de desenvolvimento sustentável. Considero-me um privilegiado por ter participado de reuniões com essas pessoas, liderados na época pelo secretário geral Pedro Leitão com maestria, profundo conhecimento e experiência.

No ano de 2012 fui chamado a assumir a presidência do Funbio, enquanto concebia e implantava desde 2008 a empresa Symbiosis Investimento que tem como missão reinventar e transformar a produção de "madeiras de lei" tirando o Brasil do modelo de extrativismo para produção de madeira baseada em florestas plantadas em consórcio de varias espécies nativas. O tamanho de ambos os desafios, inovadores e intensos, a princípio intimidaram, mas o apoio de Pedro Leitão e da nova secretária geral, Rosa Lemos de Sá, me deram a confiança de que seria possível conciliar ambas atividades.

A liderança da Rosa foi decisiva para o sucesso que alcançamos em 2012.

Ela foi incansável, eficiente e competente, sustentada por uma base acadêmica invejável e com experiência em grandes organizações nacionais e internacionais. Foi possível revisar nossa estratégia institucional para os próximos anos, atendendo cada vez mais ao setor privado, mobilizando recursos adicionais para a conservação, buscando sempre a inovação, tanto na concepção de programas e projetos, quanto no desenvolvimento de mecanismos financeiros. Foi possível assim dar escala a modelos de sucesso, como o Fundo de Compensações do Rio de Janeiro, profissionalizando a gestão organizacional, perseguindo os rumos estabelecidos pelo Conselho Deliberativo do Funbio.

Tudo isso está apresentado com transparência nesta edição do Relatório Anual e com as demonstrações financeiras auditadas por auditores independentes de primeira linha.

Espero que as informações aqui apresentadas cumpram a missão de motivar o leitor a envolver-se com o Funbio, ajudando-nos a construir as próximas etapas de trabalho e conquistas para a conservação da biodiversidade no Brasil.

Bruno Mariani
Presidente do Conselho Deliberativo do Funbio

Governança

O Conselho Deliberativo (CD) reúne 16 membros e é responsável pela definição da estratégia e pela direção geral do Funbio. Ex-conselheiros e lideranças convidadas integram o Conselho Consultivo (CC), que atua no aconselhamento técnico, reunindo-se uma vez ao ano e podendo integrar comissões técnicas. No ano de 2012 o CD revisou a estratégia para os próximos anos, que foi discutida com o CC. Dentre os rumos estabelecidos estão: atendimento cada vez mais focado nas demandas do setor privado para mobilização de recursos adicionais para a conservação; profissionalização da gestão organizacional; busca pela inovação, tanto no desenho de programas e projetos, quanto no desenvolvimento de mecanismos financeiros; e a replicação de modelos de sucesso em maior escala.

CD EM DEZEMBRO DE 2012

Presidente
Bruno Mariani

Vice-presidente
Álvaro de Souza

Setor Acadêmico
Oscar Graça Couto
Niro Higuchi
Ricardo Machado
Sérgio Besserman

Setor Ambiental
Adriana Ramos
Miguel Milano
Paulo Moutinho
Pedro Leitão

Setor Empresarial
Álvaro de Souza
Bruno Mariani
Gabriel Azevedo
Roberto Waack

Setor Governamental
Roberto Cavalcanti
Rodrigo Vieira
Roberto Vizentin

Comissão de Finanças e Auditoria
Álvaro de Souza
Bruno Mariani
Gabriel Azevedo
José Alentejano

Comissão de Gestão de Ativos
Álvaro de Souza
Bruno Mariani
Francisco José Aguiar de Cunto
José Alentejano
Marcelo Tomaszewski
Gabriel Amado de Moura
Fábio Spínola

Conselho Consultivo
Angelo Machado
Aspásia Camargo
Beatrice Padovani Ferreira
Benjamin Gilbert
Bertha Becker
Carmen Lúcia Wongtschowski
Claudio Pádua
Fábio Scarano
Francisco José Aguiar de Cunto
Guilherme Frering
Guilherme Leal
Gustavo Fonseca
Haroldo de Matos Lemos
Ibsen de Gusmão Câmara
Jean Marc von der Weid
José Adalberto Veríssimo
José Augusto Alentejano
Juscelino Martins
Lidio Coradin
Luiz Felipe Andrade
Luiz Paulo Pinto
Marcelo Tomaszewski
Marcos A. V. Freitas
Maria Cecilia Wey de Brito
Maria das Dores V. Cavalcante Melo
Maria José Guazzelli
Maria Mercedes von Lachmann
Muriel Saragoussi
Nurit Bensusan
Ricardo Soavinski
Roberto Konder Bornhausen
Roberto Luiz Leme Klabin
Roberto Paulo Cezar de Andrade
Ruy Barbosa da Rocha
Ronaldo Weigand

Foto: Palê Zuppani

Gestão de Programas e Projetos

A Gestão de Programas e Projetos operacionaliza o aporte de recursos às iniciativas no campo. Por meio desta equipe, o Funbio transforma os recursos financeiros em bens e serviços essenciais para a implementação de projetos e para a consolidação de Unidades de Conservação nos biomas brasileiros.

Atividades:

- Operação de programas e fundos
- Financiamento de projetos por meio de chamadas
- Gestão financeira de projetos
- Compras e logística
- Sistemas para planejamento e gestão de projetos
- Gestão dos ativos de fundos com finalidade socioambiental

Foto: Du Zuppani

Adoção de Parques

Esta modalidade de apoio busca investimentos voluntários privados para estruturar e promover a manutenção de Unidades de Conservação (UCs). O Funbio administra estas doações, prestando serviços de compras e contratações especializados, controle financeiro e relatoria. Em contrapartida ao aporte de recursos, as empresas têm seu patrocínio reconhecido e ganham visibilidade em ações de comunicação.

O ano de 2012 marcou o início da execução dos recursos aportados pelas empresas OGX e MPX para os Parques Nacionais de Fernando de Noronha (PE) e dos Lençóis Maranhenses (MA), respectivamente. O Funbio recebeu os recursos destinados aos parques, que foram aplicados em obras de infraestrutura, compra de bens e contratação de serviços para apoiar física, logística e financeiramente a gestão das UCs. As empresas adotaram os parques até 2018.

Para o Parna dos Lençóis Maranhenses foram aportados recursos para viabilizar o acesso à Lagoa Azul, um dos principais pontos turísticos da região, a partir da construção de uma ponte para veículos. Também foram executadas obras de construção de garagem terrestre e náutica e de estruturas básicas, como fossa séptica e poço artesiano. Em 2012, o programa iniciou a reforma da sede administrativa da unidade e a elaboração do projeto de arquitetura para reforma do alojamento dos pesquisadores.

Para Fernando de Noronha, foi contratado serviços de reforma e ampliação da Sede Administrativa do Parque, que serão entregues em 2013. A exigência para a empresa contratada foi de utilizar madeira certificada e seguir princípios de construção sustentável.

UC	Área (mil hectares)	Valor	Financiador
Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha	11,2	R$ 4,3 milhões	OGX
Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	155	R$ 3,5 milhões	MPX

Foto: Palê Zuppani

AFCoF II - *Atlantic Forest Conservation Fund*

O Atlantic Forest Conservation Fund II é um mecanismo financeiro administrado pelo Funbio para apoiar o Projeto Proteção da Mata Atlântica II, que visa contribuir para a proteção, manejo sustentável e recuperação da Mata Atlântica. Os recursos do mecanismo são provenientes do KfW Entwicklungsbank (Banco Alemão de Desenvolvimento). O Projeto Proteção da Mata Atlântica II se insere na Iniciativa Internacional de Proteção ao Clima (IKI) do Ministério do Meio Ambiente, da Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU), que prevê, ainda, o apoio técnico da Agência Alemã de Cooperação Técnica (GIZ).

No decorrer de 2012, o projeto iniciou estudos para criação de novas Unidades de Conservação (UCs) nas três esferas públicas e na esfera privada (RPPNs), que ainda se encontram em andamento. O projeto Comunidade de Aprendizagem em Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) foi contemplado pelo edital 005/2010. Trata-se de uma plataforma virtual que busca facilitar o intercâmbio de informações e experiências entre profissionais e instituições que atuam ou têm interesse no tema, com objetivos de construção coletiva do conhecimento e sistematização de todas as iniciativas de PSA na Mata Atlântica (água, carbono e biodiversidade).

Quanto à execução, foram treze contratos de consultoria iniciados, ainda em andamento, e cinco contratos finalizados em 2012. As contratações incluem estudos de mapeamento de vegetação remanescente, estudos de criação de UCs, estudos socioeconômicos para regularização fundiária da área de entorno de UCs, e estudos para análise da viabilidade da utilização de PSA e geração de rendas alternativas para produtores rurais no bioma.

O projeto do Instituto dos Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (IARBMA) foi finalizado em 2012, com o cumprimento dos seus objetivos e criação do Parque Estadual Nascentes do Paranapanema (PENAP) em junho de 2012. O Parque corresponde a aproximadamente 75% da área de estudo do projeto. A extensão da unidade em questão e sua importância biológica por abrigar fauna e flora endêmica e ameaçada são destaques do projeto financiado através do edital 03/2010, com o tema de criação ou ampliação de UCs.

Parceiros:

Foto: Palê Zuppani

Arpa - Áreas Protegidas da Amazônia - Fase II

O programa Arpa é a maior iniciativa de proteção de florestas tropicais do mundo. Tem como meta a conservação e uso sustentável de 60 milhões de hectares – 12% da região amazônica – até 2018. O Funbio é o gestor dos recursos financeiros, realiza as atividades de aquisições e contratações para as Unidades de Conservação (UCs) e faz a gestão de ativos do Fundo de Áreas Protegidas (FAP). Em sua segunda fase (2010 a 2015), o Arpa pretende apoiar a criação de mais 13,5 milhões de hectares e consolidar cerca de 32 milhões de hectares, além de capitalizar o FAP em 70 milhões de dólares.

ARPA

Em 2012 o Funbio, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), assinou um contrato de contribuição financeira com o KfW Entwicklungsbank (Banco Alemão de Desenvolvimento), que aportou 20 milhões de euros, e o Global Environment Facility (GEF), por meio do Banco Mundial, que aportou 15,9 milhões de dólares. Estes recursos complementam o apoio do Fundo Amazônia, que aportou 20 milhões de reais por meio do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), para a implementação da segunda fase do Arpa.

A Fundação Nacional do Índio - FUNAI e o MMA também firmaram uma parceria essencial para colocar em prática a segunda fase do programa. Por conta dos resultados obtidos desde a sua criação, o programa Arpa recebeu o prêmio “Homenagem a Impactos do Desenvolvimento” (Development Impacts Honor), oferecido pelo governo dos Estados Unidos/Departamento do Tesouro, que o reconheceu como um projeto especialmente notável e de grande impacto.

O programa apoia atualmente a consolidação de 95 Unidades de Conservação e 17 processos de criação de UCs na Amazônia, a partir do fomento à elaboração de planos de manejo, formação de conselhos gestores, consolidação territorial, do fornecimento de equipamentos e infraestrutura, além da cobertura de custos recorrentes como combustível, materiais e pequenas contratações locais.

Em 2012, durante o VII CBUC - Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, realizado em Natal (RN), foi lançada a publicação “Quanto custa o programa Arpa?”, escrita pelas equipes do Funbio e WWF, que tem como objetivo estimar os custos de financiamento das UCs que compõem o programa a partir dos dados reais desde a sua criação, além de discutir o levantamento e aporte de recursos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

O Fundo de Áreas Protegidas (FAP) foi capitalizado em cerca de 30,5 milhões de dólares, 6 milhões de reais e 20,3 milhões de euros (saldos em dezembro de 2012).

Parceiros:

WWF · cooperação alemã DEUTSCHE ZUSAMMENARBEIT · giz · KFW · Banco Mundial · gef · FUNDO AMAZÔNIA · BNDES

Governos Estaduais da Amazônia Brasileira: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Pará e Tocantins · ICMBio · Ministério do Meio Ambiente · GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Carteira Fauna Brasil

A Carteira de Conservação da Fauna e dos Recursos Pesqueiros Brasileiros – Carteira Fauna Brasil é um mecanismo financeiro que recebe recursos provenientes de sanções penais, multas administrativas ambientais, doações, patrocínios e outras fontes. Fruto de uma parceria com o Ibama, o ICMBio e o Ministério Público Federal, tem por objetivo financiar programas e projetos de conservação da fauna brasileira.

Em 2012 foi iniciada a execução do projeto de conservação da Ararinha Azul, denominado Ararinha na Natureza, em parceria com o ICMBio e a SAVE Brasil, e recursos da Vale. A partir de uma doação de R$ 5,9 milhões da Vale, os parceiros contribuirão com ações do Plano de Ação Nacional para a Recuperação da Ararinha-Azul. Entre as ações do Plano estão a implementação de políticas públicas voltadas à conservação da ararinha, apoio ao manejo adequado das populações de cativeiro visando futuras reintroduções, aumento do conhecimento científico, proteção e restauração do habitat e campanhas de disseminação e educação ambiental.

O Projeto de Monitoramento de Sirênios na Bacia Potiguar, fruto de um contrato assinado com a Petrobras e o CMA/ICMBio para cumprimento de condicionantes de licença ambiental, realizou em 2012 a implantação de uma Base Avançada em Icapuí (CE); a realização de Campanhas de Sensibilização junto às comunidades locais; a realização de censo aéreo entre os litorais de Beberibe (CE) e Touros (RN) e o monitoramento satelital de indivíduos nativos.

Para a captura dos peixes-bois que seriam monitorados via satélite foi realizada em maio de 2012 uma expedição para captura de cinco indivíduos. Durante este período uma equipe foi mobilizada para montar a estrutura logística adequada para a atividade, que além de providenciar a marcação com dispositivos de monitoramento satelital, realizou a coleta de materiais biológicos e medidas morfométricas para avaliação da sanidade da população.

Foto: SAVE Brasil

Foto: Edson Acioly

Parceiros:

MPF Ministério Público Federal
IBAMA MMA
ICMBio
Ministério do Meio Ambiente
GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem Estar Humano

O Projeto atuará na promoção de espécies nativas com alto valor nutricional, mas desconhecidas ou pouco utilizadas por questões culturais, na dieta cotidiana brasileira. Além de promover o conhecimento científico sobre estas espécies o projeto focará na disseminação de informação e em políticas públicas de compra de alimentos, preço mínimo e produtos da sociobiodiversidade.

Este projeto, em parceira com a Bioversity International e financiamento do Global Environmental Facility – GEF por meio da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, teve início na segunda metade do ano de 2012.

Cabe ao Funbio a administração dos recursos do projeto. Em 2012, além das ações de planejamento, foi contratada a coordenadora técnica do projeto que irá trabalhar junto ao Ministério do Meio Ambiente. O projeto prevê a publicação dos primeiros resultados em 2013.

Parceiros:

gef · FAO · UNEP · Bioversity International · Ministério do Meio Ambiente · Governo Federal Brasil País rico é país sem pobreza

Foto: Publius Vergilius

FMA - Fundo Mata Atlântica do Rio de Janeiro

O Mecanismo Operacional e Financeiro de Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro, também conhecido como Fundo da Mata Atlântica (FMA/RJ) foi desenhado pelo Funbio para potencializar os investimentos ambientais no estado do Rio de Janeiro e oferecer novas opções de apoio para as áreas protegidas com mais agilidade, eficiência e transparência. Por meio de uma parceria firmada com a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA-RJ), o Funbio administra os recursos do FMA, que até o momento são provenientes da compensação sobre os impactos ambientais de empreendimentos produtivos, cujo pagamento é regulamentado pelo SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Durante o ano de 2012 o projeto apoiou as 32 Unidades de Conservação (UCs) estaduais, municipais e federais do Rio de Janeiro, sendo seis de Uso Sustentável e 26 de Proteção Integral, totalizando uma área de cerca de 350 mil hectares. O apoio deu-se através de aquisições de bens e contratações de serviços para as UCs.

Ainda houve a entrada de novos projetos municipais em Nova Iguaçú, Miracema, Paracambi e Cachoeiras de Macacu, totalizando 46 projetos apoiados com as seguintes ações: elaboração, implantação e revisão de plano de manejo; projetos executivos e obras; delimitação, cercamento e sinalização de UCs; regularização fundiária de áreas de UC e entorno; estruturação de um núcleo de RPPN; entre outros.

Foi feito o acompanhamento do sistema de gerenciamento de compensações ambientais e a introdução do Cartão Vinculado, nova modalidade de repasse de recursos financeiros, para 15 áreas protegidas indicadas pelo Inea - Instituto Estadual do Ambiente.

Internacionalmente, o FMA foi apresentado pelo Funbio no Congresso Mundial de Conservação da IUCN - *International Union for Conservation of Nature*, em Jeju, Coreia do Sul, e na COP11 - Conferencia das Partes da CDB, em Hyderabad, Índia, como um caso de sucesso na mobilização de recursos do setor privado.

Parceiros:

Secretaria do Ambiente

inea instituto estadual do ambiente

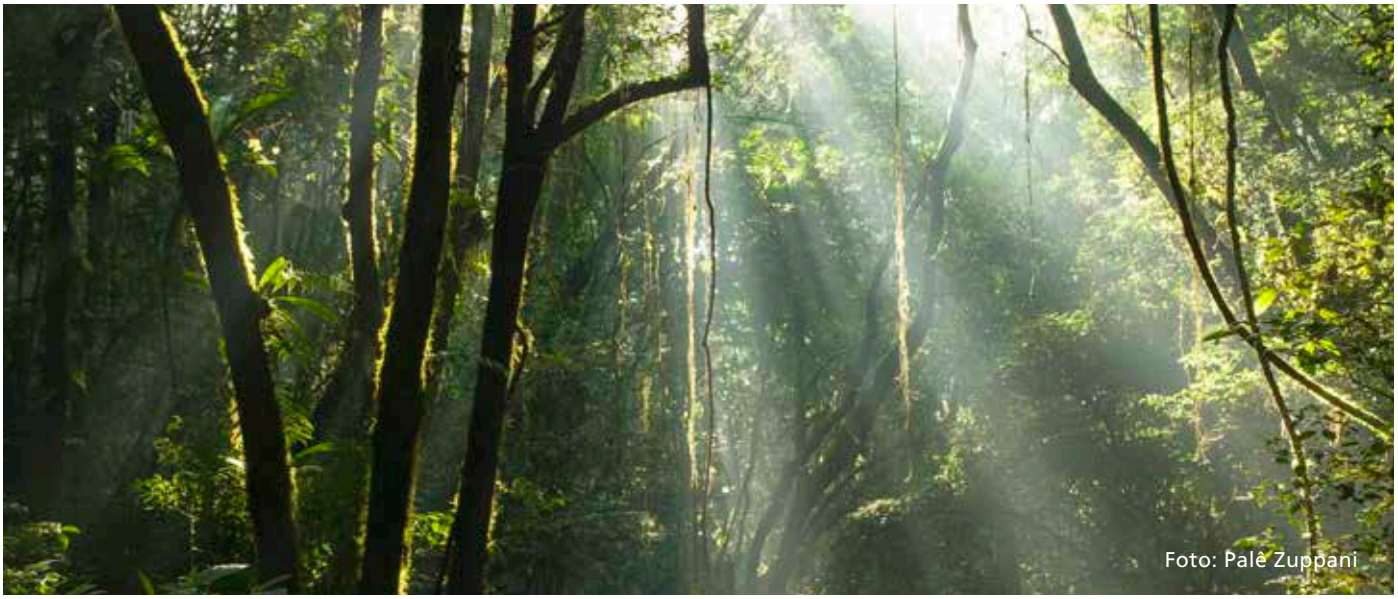


Foto: Palê Zuppani

Fundo Kayapó

Fundo patrimonial criado para apoiar organizações Kayapó no longo prazo e aumentar a capacidade das Terras Indígenas Kayapó de manterem sua integridade física. Este é o primeiro fundo deste tipo apoiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, por meio do Fundo Amazônia em parceria com a Conservação Internacional (CI).

O projeto começou formalmente em 2012 após a assinatura do contrato com o Fundo Amazônia/BNDES, quando o Funbio deu início à gestão de ativos do fundo. Em junho, durante a Rio+20, o Fundo Kayapó foi lançado oficialmente no Rio de Janeiro, ao lado de representantes Kayapó , do BNDES e da CI.

O Funbio é o gestor do fundo, que conta com 15,5 milhões de reais e pretende beneficiar cerca de sete mil pessoas, ameaçadas devido ao avanço da fronteira agrícola e atividades ilegais, como extração de madeira e garimpo.

O fundo conta com um manual operacional aprovado e um comitê, fatores essenciais para que o mecanismo comece a operar em 2013 por meio de editais para financiar projetos das associações indígenas Kayapó. Também em 2013 será realizado um diagnóstico e linha de base sobre a qualidade de vida do povo Kayapó e a integridade física de suas terras, para permitir a avaliação de resultados do fundo no futuro.

Parceiros:

BNDES FUNDO AMAZÔNIA CONSERVATION INTERNATIONAL

Foto: Renata Zambianchi

Iniciativa Cerrado Sustentável

A Iniciativa é financiada pelo Global Environment Facility (GEF), por meio do Banco Mundial, com o objetivo de contribuir para a valorização do Cerrado por meio de atividades de conservação, restauração, recuperação e manejo sustentável. Serão destinados 13 milhões de dólares para preservação do bioma, executados por meio de quatro subprojetos. O Funbio é o gestor financeiro do subprojeto "Políticas e monitoramento do bioma Cerrado", implementado pelo Ministério do Meio Ambiente, que receberá um investimento de quatro milhões de dólares para quatro anos de projeto.

Em 2012, o projeto subsidiou a criação de Unidades de Conservação no Mato Grosso, Tocantins e no Piauí, em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, totalizando uma área de 1.657.112 hectares. O projeto foi responsável pela ampliação do Parque Nacional da Serra das Confusões, com 270 mil hectares em área de Cerrado.

Com relação à promoção de práticas produtivas sustentáveis, houve a implementação de dois Centros de Irradiação do Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAs) visando fomento aos diversos sistemas comunitários de conservação, manejo e uso sustentável da biodiversidade, bancos de sementes comunitários e redes de sementes crioulas. Também houve a implementação de dois Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs) em Janaúba/MG e em Barreiras/BA.

Nas políticas públicas, o projeto elaborou e publicou o Plano de Ação para Prevenção e Combate ao Desmatamento e Queimadas no Cerrado – PP Cerrado e realizou reunião para definição das áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade do bioma Cerrado. O mapa gerado com este estudo servirá de base para o Macrozoneamento Ecológico Econômico do bioma.

Parceiros:

Banco Mundial · gef · ICMBio · Ministério do Meio Ambiente · Governo Federal Brasil País rico é país sem pobreza

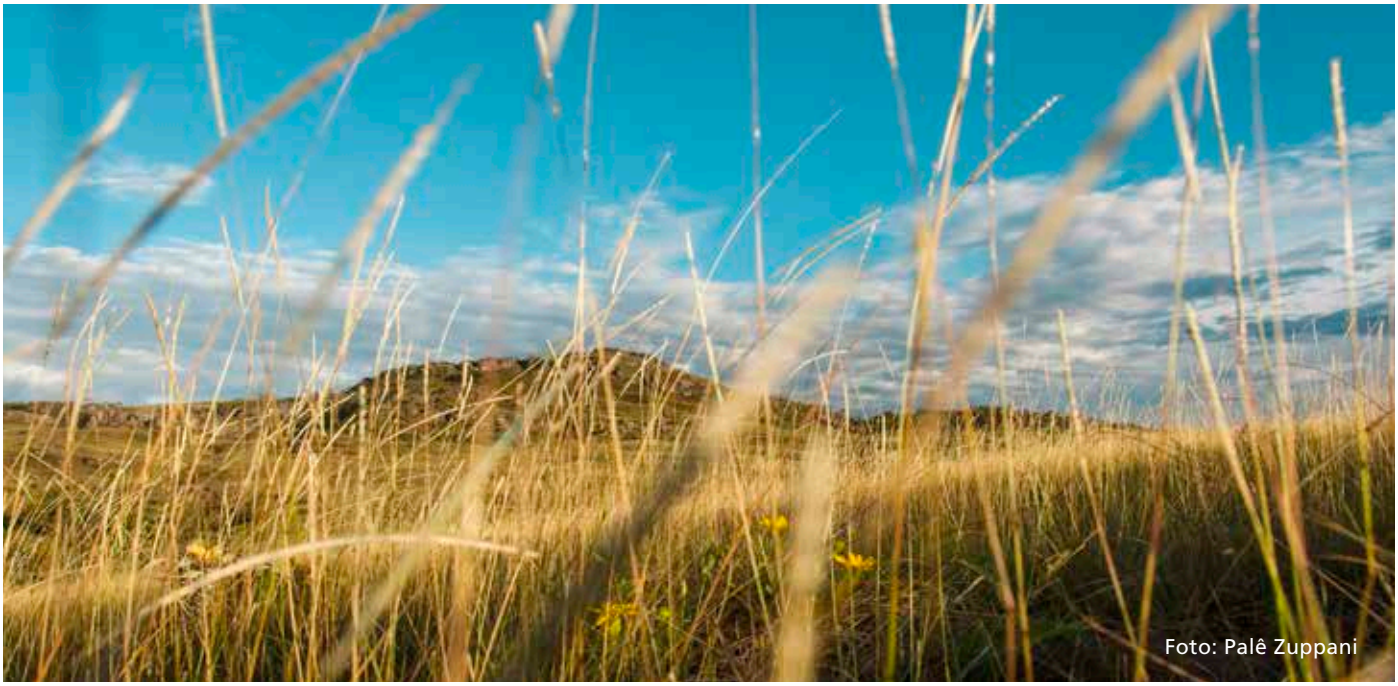


Foto: Palê Zuppani

Probio II - Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade

A iniciativa tem como objetivo mobilizar setores produtivos a adotarem princípios e práticas de conservação e uso sustentável da biodiversidade em seus negócios. O Funbio promove ações de engajamento do setor privado, visando impulsionar a transformação dos modelos de produção, consumo e de ocupação do território nacional. O projeto tem recursos do Global Environment Facility (GEF), por meio do Banco Mundial, que dedicou um total de 22 milhões de dólares para os parceiros da iniciativa.

Em 2012 foi aprovada a implementação de três subprojetos territoriais, distribuídos nos biomas: Pampa, com pecuária no Rio Grande do Sul; Mata Atlântica, com economia florestal, cacau e ecoturismo na Bahia; e Amazônia, com o apoio ao Fundo Juruti no Pará. Os seus instrumentos jurídicos foram discutidos e detalhados e o Banco Mundial aprovou o Manual Operacional do Fundo de Oportunidades, que apoiará as cadeias produtivas nos territórios.

Também foi promovida uma discussão envolvendo todos os ministérios sobre o Plano de Ação para Conservação da Biodiversidade 2013-2020, a partir de uma parceria entre Funbio, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Planejamento. Recursos de contrapartida da ordem de R$ 8,5 milhões foram assegurados e R$ 2,5 milhões dos recursos do GEF foram internalizados para o Fundo de Oportunidades.

Parceiros:

Banco Mundial · gef · CAIXA · Embrapa · FIOCRUZ · ICMBio Instituto Chico Mendes MMA · Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento · Ministério da Ciência e Tecnologia · Ministério da Saúde · Ministério do Meio Ambiente · Governo Federal Brasil País rico é país sem pobreza

Foto: Du Zuppani

Programa GEF Mar

O Programa tem por objetivo apoiar a criação e implementação de um sistema representativo e efetivo de áreas marinhas e costeiras protegidas (AMCPs) para reduzir a perda de biodiversidade. Trata-se de um plano de ação amplo, em que várias agendas podem ser integradas em prol da conservação marinha e costeira. Essa é uma iniciativa do Funbio em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente – MMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Ibama e Petrobras, tendo o Banco Mundial como Agência Implementadora junto ao Global Environment Facility – GEF.

Em 2012 foi realizado um workshop com especialistas para subsidiar o processo de planejamento e detalhamento das atividades e a revisão e validação dos critérios para seleção dos territórios marinhos a serem priorizados para a criação de AMCPs. O Funbio promoveu diversas reuniões de alinhamento entre os parceiros do projeto, e colaborou com o Banco Mundial na construção do Project Appraisal Document (PAD). Este documento descreve o contexto e a implementação dos arranjos do programa, e é utilizado como referência na execução do projeto e na elaboração das salvaguardas socioambientais.

O GEF Mar tem o valor total de 116 milhões de dólares, contando com um investimento do GEF de 18,2 milhões de dólares, 20 milhões de dólares da Petrobras e contrapartidas da própria Petrobras em bens e serviços economicamente mensuráveis, que chegam a 70 milhões de dólares adicionais.

Este programa é um exemplo do envolvimento do setor privado e do comprometimento governamental na conservação da biodiversidade marinha, sendo considerado pelo Banco Mundial como um modelo emblemático para o Global Partnership for Oceans (GPO), uma aliança crescente de mais de 100 governos, organizações internacionais, setor privado e grupos da sociedade civil, incluindo o Funbio, comprometidos com a conservação dos oceanos.

Parceiros:

gef
BR PETROBRAS
Ministério do Meio Ambiente
GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Foto: Du Zuppani

Programa GEF Polinizadores

Iniciativa da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), com financiamento do Global Environment Facility (GEF), o projeto visa consolidar uma base de conhecimento integrada sobre os serviços de polinização; promover a efetiva conservação e uso sustentável dos polinizadores para a agricultura; ampliar a capacidade dos agricultores e pequenos proprietários em conservar e utilizar de forma sustentável os serviços de polinização; e promover políticas públicas e ações de conscientização da população. No Brasil, a coordenação técnica está a cargo do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Em 2012 foram criados o banco de dados e um site para abrigar e disponibilizar as informações geradas pelo projeto, como o georeferenciamento dos registros com os dados dos espécimes e as interações com os cultivos agrícolas. Novas espécies de polinizadores foram identificadas, e foi formada uma rede de taxonomia para apoio na identificação dos espécimes coletados pelos subprojetos.

Também foi realizado um workshop sobre a valoração dos serviços de polinização para agricultura, em Brasília/DF, que teve a participação de todos coordenadores dos subprojetos e colaboradores.

Durante todo o ano, membros da equipe do projeto também participaram de diversos congressos nacionais - “Encontro de Abelhas”, em Ribeirão Preto/SP; “Congresso de Entomologia”, em Curitiba/PR; e “Congresso Brasileiro de Apicultura”, em Gramado/RS – e internacionais como o ApiEcoFlora, em San Marino, Itália. No final do ano o projeto passou pela avaliação de meio termo com reuniões e visitas de representantes da FAO a algumas áreas de cultivo.

Deu-se início ao processo de disseminação da informação pesquisada entre as culturas e seus polinizadores, a agricultores e alunos das escolas próximas às áreas de cultivo. O objetivo é divulgar as práticas agrícolas amigáveis para a sustentabilidade da diversidade dos polinizadores nos cultivos agrícolas e na vegetação nativa do entorno.

www.polinizadoresdobrasil.org.br

Parceiros:

gef
FAO FIAT PANIS
CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Ministério do Meio Ambiente
GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

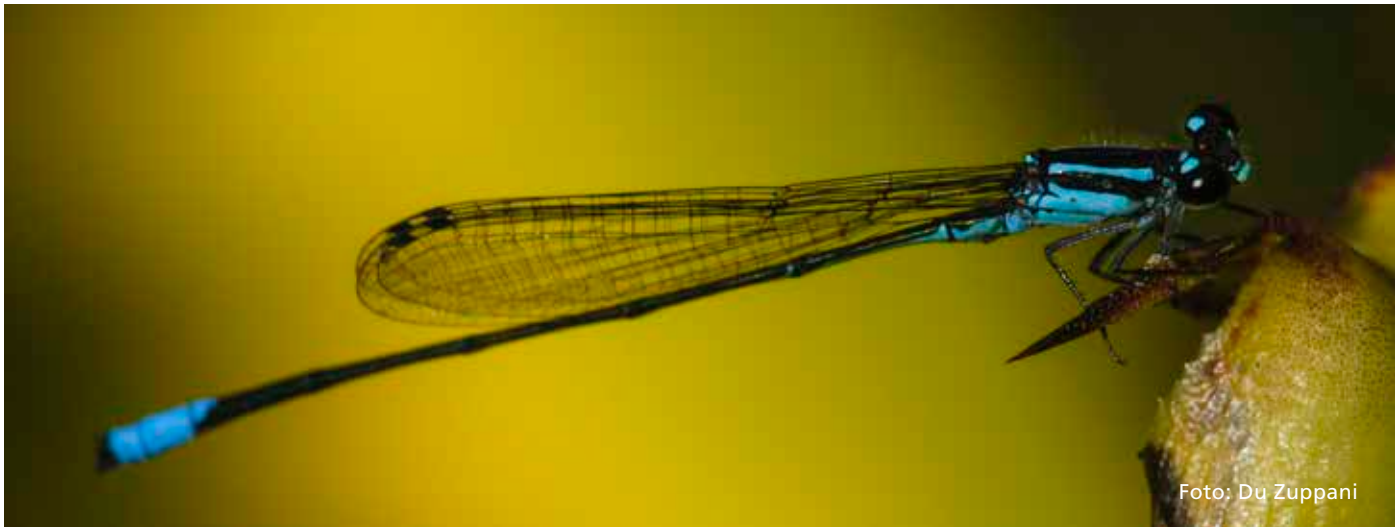


Foto: Du Zuppani

Projeto Terra do Meio

O Projeto Terra do Meio, financiado pela União Europeia, tem a missão de contribuir com a redução do desmatamento e com a conservação da biodiversidade da região amazônica, a partir do apoio à consolidação de onze Unidades de Conservação (UCs) na região denominada Terra do Meio. Localizada na porção central do sul do estado do Pará, a região sofre com três grandes frentes de pressão antrópica: a rodovia Altamira-Itaituba (uma secção da Transamazônica) ao norte, a rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) a oeste; e a mais exposta fronteira agrícola do bioma amazônico, ao sudeste. O mosaico é parte de um vasto território de áreas protegidas contíguas, que abrange 28 milhões de hectares, e que faz da região o 2º maior corredor de biodiversidade do Brasil.

A execução do projeto teve início em julho de 2012 com a estruturação do arranjo institucional, a elaboração da sua estratégia de conservação e investimento e a capacitação dos gestores das UCs contempladas nos instrumentos de execução.

As oficinas de planejamento foram realizadas em Belém e Altamira (PA) e contaram com a participação de mais de 30 representantes do Governo Federal (MMA e ICMBio), Governo Estadual do Pará (Sema-PA), Funbio, Serviço Florestal Brasileiro e Universidade de Brasília. Durante estes eventos foram apresentados o marco legal e o status da gestão integrada de Unidades de Conservação no Brasil. Foi também realizada uma avaliação das condições de implementação das onze UCs apoiadas, e suas respectivas metas de consolidação, e discutida a metodologia de implementação do projeto.

O planejamento operacional foi desenhado e a expectativa é que em 2013 as unidades sejam equipadas, sinalizadas e seus planos de manejo sejam iniciados.

Parceiros:

União Européia

ICMBio Instituto Chico Mendes MMA

Ministério do Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Foto: Publius Vergilius

TFCA - *Tropical Forest Conservation Act*

O Funbio é a secretaria executiva da Conta TFCA, que recebe os recursos do acordo bilateral entre Brasil e Estados Unidos para áreas com remanescentes dos biomas Mata Atlântica, Cerrado ou Caatinga. Este acordo é regido pelo Tropical Forest Conservation Act (TFCA), que visa à troca de dívidas contraídas por países junto aos Estados Unidos por investimentos na conservação e no uso sustentável das florestas. O total da troca de dívida foi de 20,8 milhões de dólares.

No início de 2012, deu-se início à execução de 46 projetos aprovados na primeira chamada (01/2011). São projetos relacionados a cinco diferentes linhas temáticas, com um volume total de recursos disponibilizados pela conta TFCA de 19,8 milhões de reais. Em abril de 2012, cerca de 80 representantes participaram de uma oficina de capacitação para nivelamento de informações e treinamento das regras e ferramentas operacionais do TFCA.

No decorrer do ano, foram lançadas outras chamadas de projetos que selecionaram mais 10 projetos situados nos três biomas trabalhados pelo TFCA. A chamada 02/2012, que visa o fortalecimento de redes de ONGs, selecionou três projetos no bioma Cerrado, com um volume total de recursos de 1,3 milhão de reais. A chamada 03/2012, selecionou projetos de capacitação para a mobilização de recursos financeiros, públicos ou privados, proporcionando novas ações de conservação e restauração nos três biomas. Nessa chamada foram selecionados sete projetos, com um volume total de recursos 2,8 milhões de reais.

Houve também o relançamento da chamada 02/2012, para os biomas Mata Atlântica e Caatinga, e o lançamento da chamada 04/2012, voltada a projetos relacionados a cinco linhas temáticas nos três biomas. O total disponibilizado por essas duas últimas chamadas foi de 8,7 milhões de reais, mas os resultados somente serão definidos em 2013.

Parceiros:

Governo dos Estados Unidos da América

Ministério do Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Foto: Du Zuppani

Desenho, Implementação e Gestão de Mecanismos Financeiros

O Funbio trabalha na construção e consolidação de mecanismos financeiros inovadores que propiciam incremento de recursos para a conservação da biodiversidade e operação de forma financeiramente sustentável.

Atividades:

- Mapeamento e análise de agendas, demandas, e atores para subsidiar intervenções territoriais
- Análise do ambiente financeiro (demanda e oferta de recursos) para projetos
- Maximização do acesso a recursos existentes e desenvolvimento de novas fontes
- Desenvolvimento de mecanismos financeiros
- Soluções sustentáveis para a articulação de políticas, programas e projetos do setor privado ou público.

Foto: Du Zuppani

Bioclima Paraná

O objetivo do projeto é apoiar a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA no desenvolvimento e implementação de instrumentos econômicos que contribuam para o fortalecimento da capacidade de gestão da instituição na conservação e no uso sustentável dos recursos naturais do Estado do Paraná.

Durante o ano de 2012 foram desenvolvidas atividades voltadas ao desenho do modo de operação do Sistema de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Para os pagamentos foram priorizadas as modalidades "Unidades de Conservação", especificamente Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), e "Recursos Hídricos". No primeiro caso, criou-se a metodologia para valoração dos serviços ambientais prestados pelos proprietários de RPPNs, garantindo o estabelecimento de um piso e um teto do valor a ser recebido, considerando a disponibilidade de recursos nas fontes preliminarmente identificadas.

No caso de recursos hídricos, iniciou-se uma parceria entre o Governo do Estado, o Funbio e a Fundação O Boticário para viabilizar a incorporação da metodologia hoje utilizada no Projeto Oásis ao Sistema Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais. Foi feita também uma avaliação dos processos do projeto Oásis e propostos ajustes para a realidade de um programa público.

Adicionalmente, foi realizado um levantamento de fontes de recursos – públicas e privadas – que possam financiar o Sistema Estadual de PSA. Em alguns casos, foi analisado o potencial de criação dos chamados mercados para serviços ambientais.

Quanto ao desenho de um mecanismo financeiro, foi realizada a análise da gestão estadual da compensação ambiental, identificando-se os atos normativos, os atores-chave, os fluxos de recolhimento e execução destes recursos, bem como as suas respectivas oportunidades e gargalos. A partir desse mapeamento, realizou-se a proposta de um novo fluxo que ainda encontra-se em fase de validação junto ao Governo do Estado.

Parceiro:

FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

Foto: Du Zuppani

Compromisso pela Amazônia - Arpa para a Vida

O projeto busca arrecadar recursos para o programa Arpa – Áreas Protegidas da Amazônia, por meio de um modelo que combina investimentos privados, bilaterais, multilaterais e públicos para garantir a sustentabilidade financeira do programa. O modelo é chamado de fechamento único, onde os recursos somente passam a ser usados quando todos os financiadores firmam compromissos e os recursos são suficientes para cobrir o custo estimado. Cabe ao Funbio o desenvolvimento de fundos de compensação estaduais e o apoio à estimativa de custos e receitas do programa, à captação de recursos junto ao setor privado nacional e ao desenho do arranjo institucional e financeiro da nova parceria.

O Arpa para a Vida foi lançado durante a Rio+20, no Rio de Janeiro, e na COP 11, na cidade de Hyderabad, Índia. A iniciativa reúne o WWF, o Funbio, o Linden Trust for Conservation, a Fundação Gordon e Betty Moore, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o ICMBio, com o apoio dos demais parceiros do Arpa.

A iniciativa estabelece metas de captação estimadas com base nos dados reais do programa, sistematizados pelo Funbio desde a criação do Arpa em 2003. Estes cálculos estão detalhados na publicação “Quanto custa o programa Arpa?”, escrita pelas equipes técnicas do Funbio e do WWF.

Ao longo do ano de 2012, com financiamento da Fundação Gordon e Betty Moore e do Linden Trust for Conservation, o Funbio realizou estudos do potencial de utilização da compensação ambiental para os estados amazônicos. O Funbio assinou termos de cooperação com os estados do Pará e Rondônia para o desenho de fundos, que possuem um grande potencial financeiro e receptividade ao projeto. Os fundos devem ser entregues em 2013, quando se espera firmar parcerias com o setor privado para obter recursos de compensação que permitam iniciar a fase piloto de operação dos mecanismos.

Parceiros:

WWF · Linden Trust for Conservation · Gordon and Betty Moore Foundation · ICMBio · Ministério do Meio Ambiente · Governo Federal Brasil – País rico é país sem pobreza

Foto: Publius Vergilius

Economia Verde na Região Amazônica - Prosperity Fund UK

O projeto tem como objetivo transformar o modelo econômico do município de São Félix do Xingu (PA) e tirá-lo da lista dos municípios embargados ambientalmente pelos altos índices de desmatamento e degradação florestal.

O Município de São Félix do Xingu (PA), com 84.213 km^2, ainda tem em torno de 73% da sua cobertura original de floresta, mas está no topo da lista de municípios que mais desmatam. A economia municipal, baseada principalmente na pecuária extensiva, ficou prejudicada depois que o município foi embargado ambientalmente pelo Ministério do Meio Ambiente, com parte dos produtores enfrentando restrições a créditos.

Há esforços crescentes para transformar o modelo econômico de São Félix do Xingu. O Funbio passou a integrar estes esforços a partir de 2012, com o projeto Economia Verde na Região Amazônica, em parceria com a TNC e financiamento do Prosperity Fund da Embaixada Britânica.

O Projeto inclui o desenho de um mecanismo financeiro que contribua para a redução do desmatamento e da degradação florestal, o desenho de um arranjo para repartição de benefícios oriundos de projetos de REDD+ e o compartilhamento destas experiências no âmbito do Programa Municípios Verdes.

Em 2012, foram realizadas diversas oficinas com atores locais para desenho e validação do Fundo São Félix do Xingu, que visa contribuir para implementação da Agenda do Pacto Municipal para o Fim do Desmatamento Ilegal. Para compartilhar o desenho do fundo, foi realizado um seminário em Belém, com representantes do Programa Municípios Verdes, do estado do Pará e do município, e foi elaborada uma publicação.

Em 2013, o arranjo para repartição de benefícios será finalizado, bem como o desenho do Programa de Financiamento do Fundo São Félix do Xingu, sua instituição legal e a elaboração de seu manual operacional. O fundo deve começar a rodar de forma experimental para adequar seus fluxos e ferramentas.

Esta iniciativa derivou do projeto “Preparando o Brasil para o REDD+”, do qual o Funbio participa e que tem foco nos estados de Mato Grosso e Pará, mas que também estuda o contexto do município de São Félix do Xingu.

Parceiros:

The Nature Conservancy
Protecting nature. Preserving life.™

Embaixada Britânica
Brasília

Foto: Publius Vergilius

Estudo de viabilidade para um esquema de *Cap & Trade* na Baía de Guanabara

O projeto avalia a viabilidade e propõe um sistema de Cap & Trade para comercialização de créditos de redução de poluentes industriais líquidos na Baía de Guanabara. Esse mecanismo de mercado é proposto para controlar a emissão de efluentes e melhorar o estado de conservação da Baía.

Durante o ano de 2012 foram realizadas várias avaliações, entre elas: a de projetos de *Cap & Trade* em outros países; a da legislação relacionada com poluentes líquidos industriais na Baía de Guanabara; a dos principais poluidores da Baía de Guanabara; e a de pré-condições para um sistema Cap & Trade para a Baía. Também foi realizada a identificação do contexto socioeconômico e institucional e um mapeamento da condição ambiental da Baía de Guanabara.

Os resultados preliminares apontam para uma série de obstáculos para a implementação da ferramenta no curto prazo, entre os quais o fato da poluição ser principalmente resultante da falta de saneamento básico e não das indústrias que participariam do mercado; da legislação ser baseada em concentração de emissão e não em volume; e do estado ter baixa capacidade de fiscalização.

O projeto foi desenvolvido em parceria com a BVRio, visando um potencial futuro de implementação e a possibilidade de aplicação do sistema em outra localidade. Este projeto é um dos cinco mecanismos inovadores piloto co-financiados pelo Projeto de Capacitação da RedLAC para Fundos Ambientais.

Parceiros:

RedLAC
Latin American and Caribbean Network of Environmental Funds

E2 Brasil

BVRIO

Foto: Publius Vergilius

Natura Programa Amazônia

O projeto contribui para formulação da estratégia de atuação institucional da empresa Natura na Amazônia, Programa Natura Amazônia – PAM, para os próximos 10 anos. O estudo detalhado da região, elaborado pelo Funbio, visa orientar a empresa na viabilização de um ambiente favorável para negócios da sociobiodiversidade, com foco no desenvolvimento sustentável da região.

No ano de 2012, foi apresentado o modelo geral de intervenção como proposta para a estratégia da empresa no território. Para elaborar este modelo, foram primeiramente mapeadas as demandas por recursos para o Programa nas diferentes áreas, ou territórios, da região amazônica onde a empresa pretende atuar. O modelo considera o dimensionamento preliminar da expansão da oferta de recursos pelas comunidades fornecedoras, e o conjunto de ações provadas e políticas públicas que devem ser ativadas para que os benefícios gerados promovam efetivamente o desenvolvimento local.

Estes levantamentos preliminares e a proposta de intervenção incluem a definição de territórios; uma estratégia de expansão da presença da empresa na Amazônia; o mapeamento de políticas pública e fontes adicionais de financiamento, assim como o desenho de um mecanismo financeiro que apoie a implementação das ações do programa Amazônia.

Parceiro:

natura

Foto: Du Zappani

Parcerias Público-Privadas em Unidades de Conservação

Em aliança com o Instituto Semeia, E2/LCA e Abeta o projeto objetiva avaliar a dinamização da gestão das Unidades de Conservação (UCs) por meio de parcerias com o setor privado nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, visando, por meio do desenvolvimento do uso público das UCs, ampliar os benefícios ambientais, sociais e econômicos oferecidos à sociedade.

Em 2012 o projeto desenvolveu um modelo de viabilidade econômico-financeira para subsidiar a tomada de decisão sobre o modelo de gestão mais eficiente para as Unidades de Conservação. O modelo foi aplicado nas seguintes UCs: Serra do Tiririca e Três Picos (RJ); UCs do Continuum do Paranapiacaba (SP); e Parque Nacional da Bocaina (RJ/SP – ICMBio) e envolveu o mapeamento dos custos de conservação das unidades e as receitas e custos dos potenciais usos públicos de cada área protegida. Desse modo, pôde-se apontar estratégias de gestão mais apropriadas, incluindo as diversas formas de parceria com o setor privado, como as concessões e parcerias público-privado (PPPs).

As unidades apresentaram resultados diferenciados, mas o cenário aponta que os formatos convencionais de exploração do uso público e o volume financeiro associado às PPPs demandam uma estratégia de integração com a paisagem mais abrangente, incluindo o entorno, para permitir uma variedade de negócios que viabilizem os projetos.

O processo de construção da ferramenta e os estudos, em parceria com os estados e com o ICMBio, fortaleceram as parcerias destes com o Semeia, E2/LCA, Abeta e Funbio na discussão sobre a gestão de UCs.

Parceiro:

SEMEIA LCA abeta E2 Economia.Estratégia

Foto: Du Zuppani

Plano de Ação Socioambiental – Klabin

O Plano de Ação Socioambiental, desenvolvido em parceria pelo Funbio e a consultoria Trama Brasil para a empresa Klabin, tem como objetivo o desenho de uma proposta de desenvolvimento para o território direta e indiretamente impactado pelas intervenções decorrentes das atividades da empresa.

O projeto para desenhar o plano de ação foi iniciado em 2012, durante o processo de licenciamento ambiental do projeto, que prevê a implantação da nova unidade fabril da Klabin no município de Ortigueira (PR). Para o desenho do Plano, foram cumpridas diferentes etapas: identificar as particularidades da realidade local; promover o engajamento de atores-chave; e mapear as oportunidades, de modo que a proposta de desenvolvimento reflita as expectativas e demandas locais no longo prazo. Para tanto, foram colhidas as percepções de aproximadamente 200 pessoas dos setores, público, privados, sociedade civil e da empresa Klabin.

No decorrer das atividades, outras etapas foram agregadas ao desenvolvimento do plano, incluindo a preparação para as audiências públicas, o acompanhamento dos procedimentos de realocação de pessoas situadas nas áreas adquiridas para a implantação do empreendimento, e a realização de diagnósticos específicos, que permitiram a melhor compreensão das dinâmicas territoriais, a identificação de novas oportunidades e, especialmente, a aproximação com atores-chave no território, como o povo indígena Kaingang e os moradores das pequenas comunidades rurais.

Os primeiros resultados incluem: a Linha de Base do Território, onde são relatadas e avaliadas as dinâmicas existentes e potenciais nas Áreas de Influência Direta e Indireta do Projeto Puma; a Linha de Base dos Residenciais, onde são caracterizadas as potenciais interações entre os trabalhadores temporários do Projeto e o conglomerado social existente no entorno dos residenciais que os hospedarão; a Linha de Base dos Reassentados, que analisa as condições de vida pré-existentes e posteriores, assim como a satisfação dos proprietários de áreas desafetadas para implantação do projeto; e a Linha de Base Indígena, onde foram analisadas as Terras Indígenas Tybagi-Mococa e Queimadas, do povo Kaingang, situadas na Área de Influência Direta do Projeto.

Parceiro:

Klabin

TRAMA BRASIL

Foto: Du Zuppani

Preparando o Brasil para o REDD+

Os objetivos do projeto são promover o fortalecimento dos governos estaduais e municipais para reduzir as emissões de gases de efeito estufa provenientes do uso da terra, com a adoção de melhores práticas de gestão de terras privadas, visando apoiar o processo de transição para uma economia de baixo carbono nos estados de Mato Grosso e Pará.

A iniciativa, financiada pela USAID, é implementada por meio de um consórcio, liderado pela TNC – The Nature Conservancy e integrado pelo Funbio, pelo ISA – Instituto Socioambiental, pelo EDF – Environmental Defense Fund e pelo ICV – Instituto Centro de Vida.

Cabe ao Funbio desenvolver um instrumento econômico de estímulo a melhores práticas agropecuárias. O Município de São Félix do Xingu, um dos três municípios com maiores rebanhos bovinos do país e alto índice de desmatamento, foi escolhido pela equipe do projeto como estudo de caso. Para isso, foram levantados dados e estudados aspectos sociais, econômicos e ambientais das principais cadeias produtivas deste município.

Os estudos comprovaram a ineficiência do modo de produção baseado na pecuária extensiva que não é capaz de garantir uma efetiva geração e distribuição de riqueza. Pelo que foi observado, o foco das atividades voltadas à redução do desmatamento deve ser junto aos grandes e médios produtores com passivo florestal.

Para isso, estão sendo pensados instrumentos econômicos de indução à produção sustentável, tais como incentivos a boas práticas na cadeia produtiva da agropecuária com certificação, difusão de inovações tecnológicas de baixo custo e baixa complexidade, e diversificação das atividades econômicas. Ações semelhantes estão sendo pensadas para os pequenos produtores que, embora tenham menos peso no desmatamento, podem ter grande efeito demonstrativo para convencer os demais produtores dos benefícios econômicos da criação manejada de alta produtividade e baixo impacto ambiental. Até setembro de 2013, o projeto prevê a finalização do estudo de viabilidade de implantação de tais instrumentos.

Deste projeto, derivou o projeto “Economia Verde na Região Amazônica”, desenvolvido pelo Funbio em parceria com a TNC, por meio de financiamento da Embaixada Britânica, que visa complementar ao projeto financiado pela USAID contribuindo para implementação da Agenda do Pacto para o Fim do Desmatamento Ilegal do Município de São Félix do Xingu.

Parceiro:

USAID FROM THE AMERICAN PEOPLE · ICV Instituto Centro de Vida · EDF · ISA · The Nature Conservancy Protecting nature. Preserving life.

Foto: Publius Vergilius

Programa Juruti Sustentável – Funjus e Conjus

O Fundo Juruti Sustentável (Funjus) é uma experiência inovadora de apoio financeiro à implementação de projetos socioambientais no município de Juruti, no estado do Pará. Desenvolvido pelo Funbio, integra a estratégia de desenvolvimento Juruti Sustentável, que abrange também o fórum consultivo denominado Conselho Juruti Sustentável (Conjus) e os Indicadores de Desenvolvimento, com uma linha de base sistematizada pela Fundação Getúlio Vargas (GV-CES) em uma metodologia de construção conjunta com a comunidade.

FUNJUS
FUNDO JURUTI SUSTENTÁVEL

CONJUS
CONSELHO JURUTI SUSTENTÁVEL

O ano de 2012 marcou o início de uma fase de transição do Funjus, que após quatro anos desde a sua criação, se une ao Conjus e assume personalidade jurídica própria, como uma associação civil sem fins lucrativos. Essa fusão, que pretende dar mais liberdade na captação de recursos, também fica marcada pela transição operacional de atribuições, que começa a deixar gradativamente o Funbio, que assume um papel de "tutoração" para a equipe local do Funjus/Conjus, reduzindo o risco dessa opção.

Os projetos encerrados do primeiro edital (2009) do Funjus foram avaliados e constam num relatório final de avaliação dos projetos, o que possibilitou a reformulação das demandas do Conjus.

Em 2012, houve o lançamento do segundo edital, no qual os atores locais foram incentivados a buscar recursos adicionais de fontes públicas e privadas. O recurso do Funjus neste edital é dedicado à assistência técnica para elaboração de propostas e aporte de contrapartida. Dois projetos foram aprovados no valor de 10 mil reais cada para elaboração de propostas. Como aporte de contrapartida, foi aprovado um projeto apresentado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). Este projeto, que visa melhorar o manejo dos recursos naturais do Baixo Amazonas, tem o valor total de aproximadamente R$ 3 milhões, dos quais o Funjus aportará R$ 280 mil.

Como parte de uma estratégia de alavancagem de recursos, o Funbio, em parceria com a Alcoa, elaborou uma série de produtos de comunicação, com destaque para um vídeo documentário filmado em Juruti, em novembro de 2012, que conta a trajetória do fundo e seus anseios para o futuro, através da visão dos atores locais. Ainda foram aprovados os recursos do Probio II, que aportará ao Funjus uma contrapartida de cerca de R$1,5 milhão, vindos do Global Environment Facility (GEF), através do Banco Mundial, para o financiamento de projetos voltados ao desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis.

Parceiros:

ALCOA
ALCOA FOUNDATION
INSTITUTO ALCOA
PROBIO II
Banco Mundial
gef
Ministério do Meio Ambiente
GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Foto: Publius Vergilius

Projeto Riscos REDD+

O projeto Riscos REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), desenvolvido em parceria pelo Funbio e pesquisadores do Programa de Direito e Meio Ambiente da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas (PDMA/FGV Direito Rio), prevê a identificação e classificação dos riscos relacionados às atividades de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal que garantam a conservação florestal, o manejo florestal sustentável e o aumento dos estoques de carbono.

A definição de amostra de projetos para mapeamento de seus respectivos riscos foi feita durante o ano de 2012, assim como a classificação dos riscos: econômicos, sociais, ambientais, legais, institucionais e de governança; e a realização de pesquisa com stakeholders para identificação de suas impressões quanto aos riscos dos projetos de REDD+.

Para a próxima fase do projeto será elaborado e publicado um relatório final com as principais lições aprendidas e resultados alcançados dos projetos, levando em consideração diferentes aspectos, como atores, fases, controle, estratégias de mitigação e relevância.

Parceiro:

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Foto: Publius Vergilius

Mudanças Climáticas e Energia Limpa

O Funbio reconhece que contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa é uma responsabilidade que deve ser compartilhada com o conjunto das nações. Os programas dos quais o Funbio participa incluem esforços para manutenção de florestas essenciais para a redução dos efeitos das mudanças climáticas e de seus impactos na biodiversidade.

Atividades:

- Desenvolvimento de iniciativas para projetos de REDD+ e energia limpa
- Desenvolvimento de mecanismos de repartição de benefícios para REDD+
- Discussão de políticas públicas para mudanças climáticas
- Capacitação e assistência técnica para iniciativas de REDD+

Foto: Palê Zuppani

AFCP - *Amazon Forest Carbon Partnership – Rainforest Standard*

THE RAINFOREST STANDARD
Integrating social, environmental and economic well-being

O principal objetivo do AFCP é assegurar as condições adequadas para o desenvolvimento de projetos de conservação na Amazônia que gerem créditos de carbono por desmatamento evitado. Estes créditos devem ser verificáveis e serão baseados no conceito de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação – REDD+. Cinco fundos ambientais da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador e Peru junto com o Center for Environment, Economy, and Society (CEES), da Universidade de Columbia, são parceiros nessa iniciativa, que pretende, através do mercado de carbono, trazer benefícios sociais e econômicos para as comunidades tradicionais da floresta e colaborar na preservação da biodiversidade.

Durante a conferência Rio+20, em junho de 2012 no Rio de Janeiro, foi realizado o lançamento oficial do Rainforest Standard (RFS), um standard para REDD+ que une benefícios sociais, econômicos e ambientais. O evento foi liderado pela RedLAC, Rede de Fundos Ambientais da América Latina e Caribe, em parceria com o CEES.

Este standard é o único conjunto de padrões criados especificamente para REDD + que define os protocolos para cálculo de carbono (MVR), adicionalidade, linha de base, permanência, resolução de conflitos, criação de mecanismos financeiros, monitoramento da biodiversidade e outros fatores socioambientais. O uso do RFS será coordenado pelo grupo AFCP, que reúne os cinco fundos ambientais.

Durante o segundo semestre, foram discutidas possibilidades para teste desta nova metodologia em diferentes lugares da Amazônia, tanto com o setor privado como com o público, em parceria com o ICMBio que estuda a possibilidade de aplicar a metodologia em uma área protegida.

Parceiros:

Columbia University in the City of New York · FondoAmbiental · Fundación PUMA · PROFONANPE · Fondo Accion · Cargill

Foto: Du Zuppani

Análise dos Incentivos e Financiamento para o Controle do Desmatamento no Brasil

O projeto tem como objetivo analisar as dimensões políticas e financeiras de diversos estados brasileiros frente ao combate ao desmatamento. Apesar do foco amazônico, estados do sudeste e centro-oeste foram explorados por suas políticas vigentes e em fase de implementação. O objetivo é identificar práticas políticas complementares e replicáveis, que criem incentivos para o controle do desmatamento.

Em 2012, foi concluído o relatório preliminar que mapeou diversas políticas estaduais e seus impactos locais e regionais. Esta análise serviu como base para a busca de opções financeiras em larga escala para incentivar investimentos na Amazônia.

Dezenas de especialistas do setor ambiental e financeiro foram entrevistados, e duas mesas redondas com especialistas foram realizadas, em São Paulo e no Rio de Janeiro, para discutir o relatório preliminar. O documento final inclui a análise e propostas de criação de novos mecanismos econômicos, que podem incentivar o controle do desmatamento. Em 2013, o foco das consultas a especialistas será discutir a implementação destes mecanismos propostos e sua viabilidade política e financeira.

Parceiros:

Climate and Land Use Alliance

The Munden Project

Foto: Publius Vergilius

Estudo de viabilidade de REDD+ no Acre

O objetivo desse estudo é alcançar um maior entendimento de questões regulatórias, políticas e socioambientais relacionadas ao conceito de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação – REDD+ no estado do Acre.

O estudo contou com consultorias de reconhecidos especialistas em todas as áreas relacionadas ao projeto, entre eles o professor Luiz Gylvan Meira Filho e professor Niro Higuchi. Foi estudada uma área de cerca de 1,55 milhão de hectares, analisando a capacidade de implementação de um projeto de REDD+, seu potencial para geração de créditos de carbono, e seu impacto social na região.

O estudo concluiu que, para o sucesso do futuro projeto de REDD+, a área precisaria ser divida em três e o projeto realizado em etapas, reduzindo substancialmente os custos de implementação. O estudo mapeou as condições da área e tem servido a parceiros para o desenvolvimento de propostas para projetos a serem realizados nos próximos anos.

Parceiros:

ITTO

Marubeni CORPORATION

Foto: Publius Vergilius

FIP – Programa de Investimentos em Florestas dos Fundos de Investimentos em Clima

O Programa de Investimentos em Florestas (FIP), programa dos Fundos de Investimentos em Clima (CIF), apoia esforços de redução de desmatamento e degradação e promove o manejo florestal sustentável para reduzir emissões e aumentar os estoques de carbono florestal. O FIP apoia o Plano de Investimento do Brasil, que busca promover o uso sustentável das terras e a melhoria da gestão florestal no Bioma Cerrado, por meio de ações articuladas.

Este projeto teve como objetivo fazer a preparação da proposta brasileira ao Banco Mundial, na busca por aproximadamente 70 milhões de dólares, divididos entre doações e empréstimos.

Foram realizadas reuniões de coordenação em Brasília, com participação de diversos ministérios envolvidos e de representantes da sociedade civil. Foram discutidas as quatro linhas de atuação do FIP no Brasil: o plano ABC – Agricultura de Baixo Carbono; o Cadastro Ambiental Rural (CAR); um sistema de alerta para incêndios; e o inventário florestal do bioma. Em maio, a proposta foi apresentada ao Banco Mundial e aprovada.

Os recursos remanescentes deste projeto estão sendo direcionados para a preparação do CAR pelo Ministério do Meio Ambiente.

Em dezembro de 2012, em Palmas, duas reuniões foram contratadas para a capacitação de sindicatos de pequenos produtores acerca do funcionamento do CAR. Também foram contratados consultores para a elaboração de diferentes análises (social, econômica e ambiental) que serão finalizadas em 2013.

Parceiros:

Banco Mundial · Ministério do Meio Ambiente · Ministério da Fazenda · Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento · Ministério da Ciência e Tecnologia · Governo Federal Brasil País rico é país sem pobreza

Foto: Publius Vergilius

Fundo Paiter Surui

O Fundo Paiter Surui é um mecanismo financeiro voltado para implantar o Plano de Gestão da Terra Indígena Sete de Setembro, segundo princípios de boa governança e transparência, onde os conselhos representativos indígenas participam ativamente das decisões. Os recursos financeiros obtidos pela venda dos créditos de carbono e os recursos provenientes de outras fontes serão parte integrantes do Fundo Paiter Surui, que tem o Funbio como responsável pelo seu desenho e por sua gestão financeira.

Os índios Surui lutam pela conservação de seus recursos naturais, e na última década, liderados por Almir Surui, elaboraram um plano estratégico de 50 anos para a conservação, proteção e sustentabilidade de suas terras. Para financiar este plano, desenvolveram um projeto de carbono de REDD+ e um fundo para receber os recursos financeiros obtidos pela venda dos créditos de carbono, além de recursos de outras fontes. O fundo, desenhado e administrado pelo Funbio, financiará projetos propostos pelas associações do povo Surui.

Em 2012, o fundo foi validado pelos Surui, com seu Manual Operacional finalizado. Em termos de capitalização do fundo, os parceiros buscarão recursos na apresentação de proposta ao Fundo Amazônia e na venda de créditos no mercado voluntário.

O Funbio apoiará a continuidade da capacitação dos Surui na gestão do fundo e nos contratos de venda das primeiras safras dos créditos de carbono.

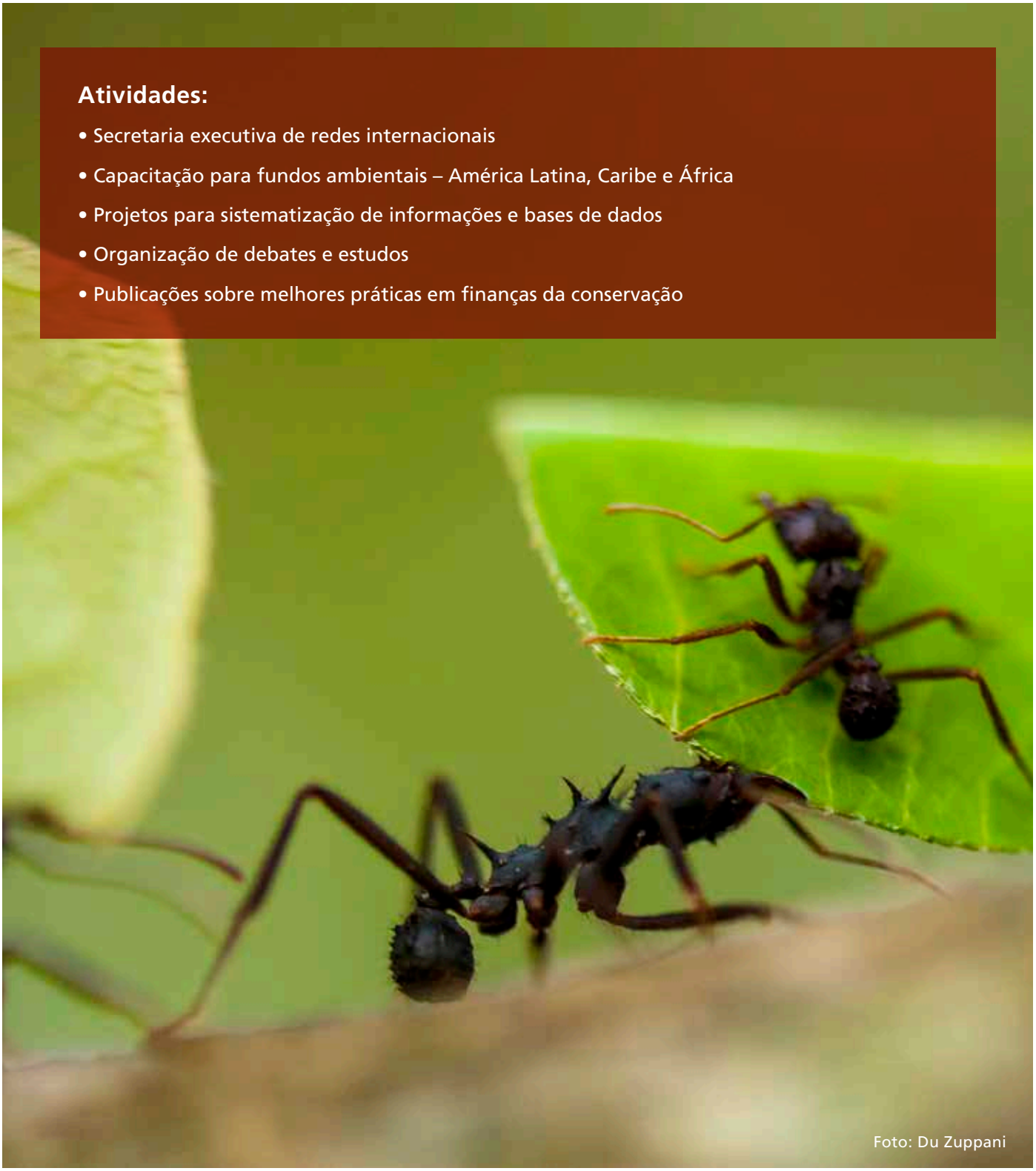
Parceiros:

Ecam
KANINDÉ Associação de Defesa Etnoambiental
FOREST TRENDS
IDESAM
Gamebey Associação Metareilá do Povo Indígena Surui

Foto: Palê Zuppani

Gestão de Redes

A construção coletiva do conhecimento e o intercâmbio de experiências contribuem para o desenvolvimento de soluções inovadoras e para a difusão de melhores práticas no financiamento da conservação. O Funbio participa de redes internacionais e lidera projetos de fortalecimento institucional e de sistematização de informação.



Atividades:

- Secretaria executiva de redes internacionais
- Capacitação para fundos ambientais – América Latina, Caribe e África
- Projetos para sistematização de informações e bases de dados
- Organização de debates e estudos
- Publicações sobre melhores práticas em finanças da conservação

Foto: Du Zuppani

CFA – *Conservation Finance Alliance*

A CFA contribui para o intercâmbio de conhecimentos e melhores práticas em finanças da conservação, realizando reuniões, debates, pesquisas e publicações.

Em 2012, a CFA realizou a sua reunião global bianual em paralelo ao Congresso Mundial de Conservação da IUCN - International Union for Conservation of Nature, em Jeju, Coreia do Sul. Com a presença de membros da América Latina, América do Norte, África e Europa, a reunião foi uma oportunidade para a prestação de contas, além do desenvolvimento de estratégias temáticas e de engajamento para os próximos anos da rede.

Em setembro, a CFA apoiou a realização da II Assembleia do CAFE (Consórcio de Fundos Africanos para o Meio Ambiente) em Entebbe, Uganda. Nessa ocasião, os fundos africanos puderam desenvolver a estratégia de fortalecimento da recém-criada rede e apresentá-la a potenciais parceiros regionais e internacionais.

A CFA também desenvolveu três estudos sobre Fundos Ambientais: Vantagens Comparativas de Fundos Ambientais e Projetos para o Financiamento de Sistemas de Áreas Protegidas, Particularidades de Fundos Ambientais Regionais e a 5ª edição do CTIS – Pesquisa de Investimentos Financeiros de Fundos Ambientais. Os estudos foram apresentados em sessões do Congresso Mundial de Conservação da IUCN, na II Assembleia da rede africana CAFE e na XIV Assembleia da RedLAC – Rede de Fundos Ambientais da América Latina e Caribe.

O Funbio foi reeleito para seu terceiro mandato como Secretaria Executiva da CFA até o fim de 2014, e mantem a gestão das atividades e ferramentas da rede.

Parceiro:

MAVA FONDATION POUR LA NATURE

toolkit.conservationfinance.org

Foto: Du Zuppani

Diálogos Sustentáveis

O programa visa ampliar o engajamento do setor privado na conservação da biodiversidade a partir de encontros temáticos entre lideranças empresariais, ambientais, acadêmicas e governamentais, em um diálogo sobre os aspectos conceituais e práticos da sustentabilidade.

DIÁLOGOS SUSTENTÁVEIS FUNBIO

O objetivo do ciclo Diálogos Sustentáveis 2012, patrocinado pelo Instituto Arapyaú, com o apoio da Climate Works e Vitae Civilis, e parceria da Avina, foi promover uma discussão macroeconômica sobre a Economia Verde. Este foi um dos temas centrais da Conferência Rio+20, realizada em junho no Rio de Janeiro.

Foram convidados painelistas de destaque que ativamente defendem a necessidade da transição para a Economia Verde, com a proposta de apontar limites e sugerir mudanças. Por outro lado, foram convidados também economistas de reconhecida relevância no sistema atual, que reconhecem a dimensão das transformações em curso, mas que pouco têm se manifestado nos debates sobre uma possível transição.

O jornalista Silio Boccanera foi o moderador dos três eventos do ciclo, trazendo sua capacidade de análise e perguntas que estimularam o debate. A plateia dos Diálogos Sustentáveis, que há 11 edições destaca-se pela relevância dos convidados, foi mais uma vez formada por lideranças que contribuíram para uma conversa envolvente sobre o tema.

Vídeo em http://vimeo.com/funbio

IX DIÁLOGOS SUSTENTÁVEIS: O pensamento econômico e os limites dos processos naturais	X DIÁLOGOS SUSTENTÁVEIS: Os caminhos e as ferramentas para outra forma de desenvolvimento	XI DIÁLOGOS SUSTENTÁVEIS: Painel internacional sobre a Economia Verde
• Sérgio Besserman • Hugo Penteado • Pedro da Motta Veiga	• Paulo Bastos Tigre • José Eli da Veiga • Samuel de Abreu Pessoa	• Tim Jackson • Armínio Fraga • Ricardo Abramovay

Parceiros:

instituto arapyaú · ClimateWorks FOUNDATION · Vitae Civilis Cidadania e Sustentabilidade · AVINA

Fotos: Publius Vergilius

Ecofunds

O projeto Ecofunds Database é uma base de dados colaborativa da RedLAC - Rede de Fundos Ambientais da América Latina e Caribe, para mapear investimentos, organizações e projetos relacionados à conservação ambiental, com foco nos investimentos intermediados por fundos ambientais. Ela permite que organizações promovam suas iniciativas, aumentem a transparência dos investimentos e apoiem a avaliação do contexto de financiamento ambiental em regiões ou temas específicos.

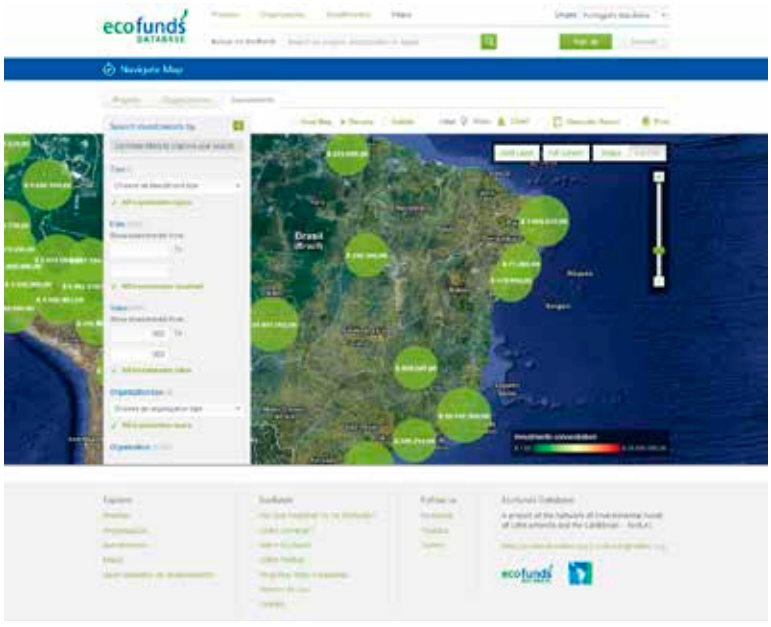
O Ecofunds é o primeiro projeto administrado em conjunto por membros da RedLAC. É coordenado pelo Funbio, com o apoio de outros oito fundos da rede e uma ONG, que trabalham na região Andes Amazônia, foco geográfico inicial do projeto. Foi definido também como a ferramenta oficial de agregação de dados dos membros da rede.

Ao longo do ano de 2012, a primeira versão da ferramenta foi reformulada para atender as demandas da rede e para incluir novas funcionalidades. O Ecofunds 2.0 será mais simples de usar, estará disponível para todas as regiões e poderá mostrar a concentração de recursos no mapa. Esta segunda versão será lançada em 2013.

Organizações participantes:

- Fundesnap (Bolívia)
- Patrimonio Natural (Colômbia)
- Fondo Ambiental Nacional (Equador)
- Profonanpe (Peru)
- Suriname Conservation Foundation (Suriname)
- Fundo Nacional do Meio Ambiente (Brasil)
- Fondo Acción (Colômbia)
- Fondo de las Américas (Peru)
- Bioparques (Venezuela) - ONG

Parceiros:



Projeto RedLAC de Capacitação para Fundos Ambientais

O Projeto tem como objetivo fortalecer os fundos em sua operação e no uso de mecanismos financeiros inovadores que reduzam a dependência de doações e diversifiquem as fontes de recursos. O projeto conta com financiamento do Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial (FFEM) e da Fundação Gordon e Betty Moore, totalizando um investimento de US$ 1,9 milhão por parte dos doadores, e cerca de US$ 1 milhão por parte dos fundos participantes.

Em 2012, duas oficinas de capacitação foram realizadas em Entebbe, Uganda, e Lima, Peru, sobre os temas Comunicação e Marketing e Monitoramento de Impacto, respectivamente. Estas foram a sexta e sétima oficinas realizadas pelo programa, e contaram com a participação de 32 fundos ambientais. Todos os materiais do programa estão disponíveis em inglês, espanhol e francês no site da rede.

Cinco projetos-piloto de fundos ambientais da RedLAC, Rede de Fundos Ambientais da América Latina e Caribe, foram apoiados e estão em desenvolvimento, promovendo a criação de mecanismos financeiros inovadores para a conservação. Durante a XIV Assembleia RedLAC em Lima, Peru, os cinco gerentes dos projetos-piloto se reuniram com o Comitê do Projeto para discutir os avanços, desafios e próximos passos.

O programa desenvolveu ainda uma metodologia de Monitoramento de Impactos para fundos ambientais, com apoio do respectivo Grupo de Trabalho da RedLAC, promovendo três encontros técnicos durante o ano. A metodologia será testada em 2013 por membros da rede em oito áreas protegidas de sete países.

Com o objetivo de fortalecer a rede, o projeto também promoveu o desenvolvimento do Planejamento Estratégico e Plano de Negócios da RedLAC, que foram aprovados durante a última Assembleia.

Acesse www.redlac.org para saber mais

Parceiros:

Foto: Arquivo Funbio

Gestão financeira e auditoria

Para garantir que os recursos recebidos sejam otimizados e investidos nos projetos de conservação, o Funbio realiza um trabalho de gerenciamento financeiro e de compras e contratações, apoiando os parceiros na elaboração de planos operativos anuais, planificando a demanda dos projetos e realizando o aporte de recursos, na forma de bens, contratação de serviços ou desembolso de recursos financeiros. Todo este trabalho é monitorado e reportado aos financiadores e doadores permanentemente, assegurando a transparência no uso dos recursos.

A Comissão de Gestão de Ativos, formada por membros do Conselho Deliberativo e especialistas convidados, se responsabiliza pela seleção do gestor profissional de ativos, pela política de investimento dos diferentes fundos administrados pelo Funbio, e pelo acompanhamento dos resultados. À Comissão de Finanças e Auditoria, formada por membros dos Conselhos Deliberativo e Consultivo, cabe a avaliação da gestão financeira do Funbio, revisão e recomendação para aprovação dos relatórios das demonstrações financeiras.

Aplicações financeiras no país e no exterior relativas a fundos e recursos administrados em programas e projetos pelo Funbio:
R$ 326 milhões

Recursos de terceiros vinculados a projetos:
R$ 310 milhões

Fundo de recursos do Funbio (próprios):
R$ 14 milhões

Funbio em números

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e notas explicativas, encontram-se no CD anexo e no site:

www.funbio.org.br/prestacao-de-contas

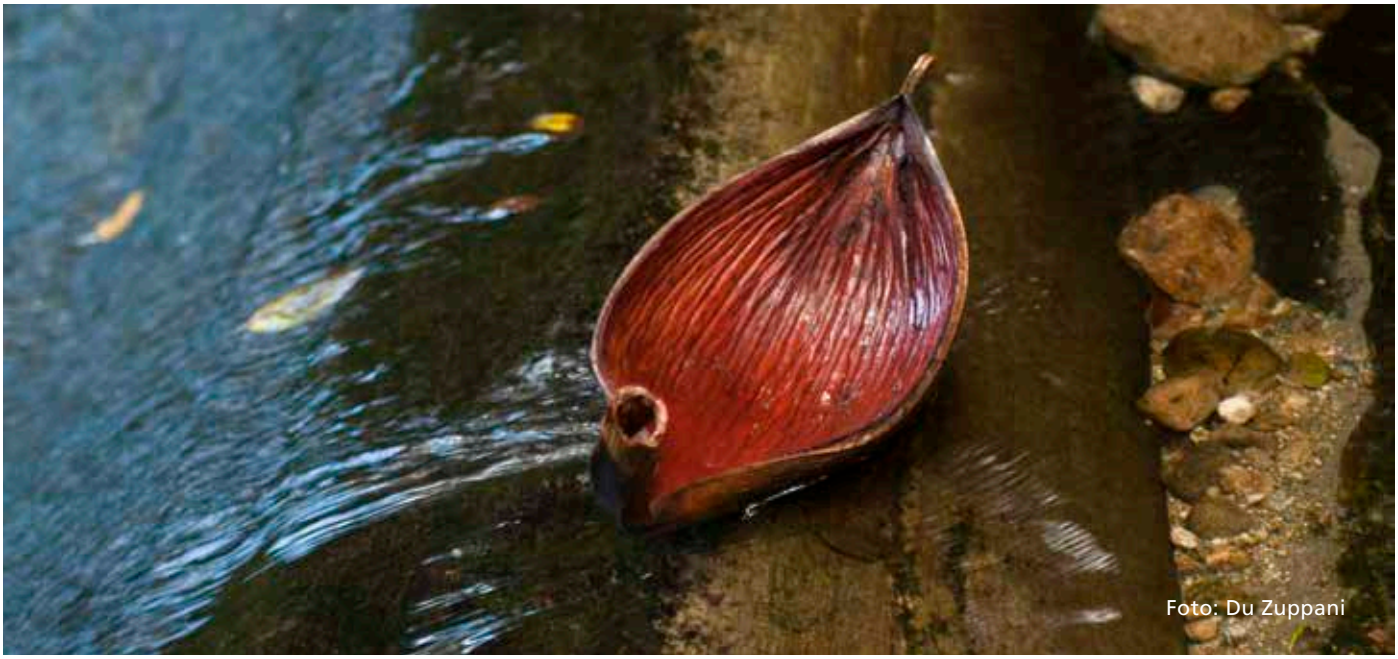


Foto: Du Zuppani

Equipe do Funbio em 2012

SECRETARIA EXECUTIVA
Rosa Lemos de Sá (Secretária Geral) e Ana Flávia de Mello Pavoni (Assistente).

ESCRITÓRIO DE PROJETOS (PMO):
Mônica Ferreira.

GESTÃO DE COMUNICAÇÃO E REDES
Camila Monteiro, Etienne Mendes, Fernanda Barbosa, Renata Zambianchi e Rômulo Carrijo.

ASSESSORIA JURÍDICA
Flávia Neviani, Paulo Miranda e Mateus Almeida.

SUPERINTENDÊNCIA DE PROGRAMAS
Rosa Lemos de Sá.

UNIDADE DE MECANISMOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS
Manoel Serrão, Leonardo Geluda, Luiza Muccillo, Manuela Muanis, Marlena Pinheiro Soares e Nicia Coutinho.

GESTÃO DE PROGRAMAS
Fábio Leite, Alexandre Ferrazoli, Daniela Leite, Danielle Calandino, Erika Polverari, Fernanda Marques, Filipe da Cunha Mosqueira, Ilana Parga Nina, Natalia Paz, Nathalia Dreyer, Raquel Simiqueli e Vanina Antunes.

UNIDADE DE CLIMA E ENERGIA
Ângelo Augusto Dos Santos e Leonardo Pradela.

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Aylton Coelho Costa Neto.

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA
Marina Machado.

FINANÇAS
Ana Maria Ramos, Ana Paula Lopes, Daniele Soares, Fabio Eiras, Fábio Abreu, Flavia Fontes de Souza, Flávia Gomes Matos, Josicleide Bezerra, Juliana Mesquita, Marilene Viero, Priscila de Brito, Roberta Martins e Sérgio Dumay.

RECURSOS HUMANOS
Heloisa Helena e Barbara Santana.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO (CEDOC)
Jacqueline Ricarte e Danúbia Cunha.

COMPRAS
Fábio Leite, Maria Bernadette Lameira, Fernanda Jacintho, José Mauro de Oliveira, Juliana La Terza Penna, Mary Teixeira e Vinícius Chavão.

ADMINISTRAÇÃO
Alyne Pires Cunha Silva, Claudio Silvino, Flávia Mol, Luciana Bresciani e Márcio Maciel.

TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO
Alessandro Denes, Gilles Villeneuve, Igor Coutinho e Vinícius Barbosa.

ESTAGIÁRIOS
Aline Ribas, Ana Luiza Almeida, Anna Gomes, Anna Rita Lima, Isabela Carvalho, Jeniffer Nunes, Leandro Nascimento, Rafaella Gomes, Thais Rodrigues, Sebastião de Souza e Vitor da Silva Vieira.

Foto: Du Zuppani

DOADORES E CONTRATANTES EM 2012

Alcoa Foundation; Alcoa; Alphaville Urbanismo; Banco Mundial; Bioversity International; BP; Brascan; Brasco; Brasfels; Cabiúnas Incorporações e Participações; CEG Rio; Cia Construtora Vila Mar; Climate Land Use Alliance - CLUA; Climate Works; Concessionaria Rio Barra; Conservation Internacional; Construtora Queiróz Galvão; CSN; CTR Itaboraí; CTR São Gonçalo DER; DNIT; Energisa; FFEM/AFD; Fundação Avina; Fundação Skoll Fundo Amazônia-BNDES; GIZ; Global Environment Facility – GEF; Gordon and Betty Moore Foundation; Haztec; Infraero; Instituto Arapyaú; Instituto Semeia; ITTO; Jardel Franco Trindade; JPL; KfW Banking Group; Klabin; Libra Terminal Rio; LIGHTGER; Linden Trust for Conservation; LLX AÇU; Luis Antonio Simões Lopes; Mac Laren Oil Estaleiros; Macaé Projetos e Serviços Ambientais; Mava Fondation Pour La Nature; Ministério de Relações Exteriores do Reino Unido; MPX; Natura; OGX; OSX Construção Naval; Pedras Transmissora de Energia; Petrobras; Pontal de Nova Iguaçu Empreendimentos Imobiliários; Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; Prefeitura Municipal de Quissamã; Prefeitura Municipal de Volta Redonda; Primus Ipanema Agropecuária; Quitumba Angra Resort Empreendimentos; RedLAC; Santa Rosa; SEMA-PR; SERB; SINPLAN; SPE Dominus; TAG - Baia de Guanabara; TAG - GASDUC III; TAG – Gasjap; Thyssenkrupp CSA; União Europeia USAID; UTC Engenharia; UTE Porto do Açú Energia; Vale.

ORGANIZAÇÕES APOIADAS EM 2012

AMA; AMANE; Amanhágua; Ambiente Brasil Centro de Estudos; ANSA; APA-TO; APREMAVI; Aquasis; AS-PTA; Associação Brotar e Crescer; Associação Flora Brasil; Associação Mecenas da Vida; Associação Mico-Leão-Dourado; Associação Onça D'água; Associação Plantas do Nordeste – APNE; Associação Pró-Muriqui; Associação Vianei; ATECEL; Caipora; CEDAC; Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá; Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia; Centro Ecológico; CEPAN; CIA - Comissão Ilha Ativa; Conservação Internacional do Brasil; COOPCERRADO; COOPERAFLORESTA; Crescente Fértil; CTA-ZM; FAUEPG; FEST; FITOVIDA; FMCN; Fondo Acción; Fondo Patrimonio Natural; FUNATURA; FUNDAG; Fundação Eliseu Alves; Fundação Flora de Apoio a Botânica; Fundação Matutu; Fundação Neotrópica do Brasil – FNB; Fundação SOS Pró-Mata Atlântica; FUNDECC; FUNDEP; FUNEP; IABS; IA-RBMA; IDESC; IEB; Instituto Alto-Montana da Serra Fina; Instituto Ambiente em Foco; Instituto de Ecologia Social Carnaúba; Instituto Floresta Viva; Instituto Primatas; Instituto Pró-Terra; Instituto Socioambiental – ISA; Instituto Terra Brasilis; Instituto Terra de Preservação Ambiental – ITPA; Instituto Walden - Tempo, Homem e Natureza; Instituto Xopotó; Instituto Ynamata; IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas; IPEMA; ISPN; Mater Natura; OCT; Pátio das Artes; PREA; Profonanpe; Rede de Sementes do Cerrado; SAVE Brasil; Sociedade Nordestina de Ecologia – SNE; SOS Sertão; SPVS; Terra Viva; The Green Initiative; The Nature Conservancy – TNC; UBEE; WCS.

CRÉDITOS

Texto: Camila Monteiro e Renata Zambianchi.

Revisão: Fernanda Barbosa, Rômulo Collopy, Jacqueline Ricarte e Mônica Ferreira.

Projeto Gráfico: qx3.

Agradecemos o envolvimento de toda a equipe do Funbio na produção e revisão deste relatório e aos fotógrafos parceiros que cederam imagens.

IMAGENS

As fotos que ilustram esse relatório são:
Du, Palê e Zé Zuppani.
www.fotonatural.com.br
Publius Vergilius.
www.gingafotos.com.br

Tipologias: Frutiger e Arial
Publicado em Abril de 2013.